



**19ª REUNIÃO DOS CHEFES DE ESTADO-MAIOR-GENERAL DAS FORÇAS ARMADAS
DA
COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA**

DECLARAÇÃO FINAL

(Lisboa, 19 e 20 abril de 2017)

Nos termos acordados na Declaração Final da 18ª Reunião dos Chefes de Estado-Maior-General das Forças Armadas da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CEMGFA/CPLP), em 27 e 28 de abril de 2016, em Maputo, realizou-se em Lisboa a 19ª Reunião dos CEMGFA/CPLP, com a participação de Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste.

Participou, como convidado, o Diretor do Centro de Análise Estratégica (CAE), Tenente-general Luís Diogo de Carvalho, e os representantes do Secretariado Permanente para os Assuntos de Defesa (SPAD), Maria Leticia Bairrada e Coronel Francisco Santos.

O evento iniciou-se com a presença de S. Exas. os Chefes de Estado-Maior-General das Forças Armadas dos Estados Membros, em cerimónia de prestação de Honras Militares e homenagem aos mortos, com a colocação de uma coroa de flores junto ao túmulo de Luís de Camões, no Mosteiro dos Jerónimos, em Belém. Seguiu-se uma visita guiada ao Mosteiro.

De seguida os Chefes de Estado-Maior General das Forças Armadas deslocaram-se para o Palácio Vilalva, onde se deu início à reunião.

O Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas Portuguesas, General Artur Pina Monteiro, abriu os trabalhos da reunião, saudando a presença de todos os seus homólogos, salientando o facto de estarem presentes todos os Chefes de Estado-Maior. Felicitou de seguida o Major-General Anildo Emanuel da Graça Morais, pela sua recente nomeação, como Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas de Cabo Verde, dando-lhe as boas-vindas a este Fórum.



Felicitou ainda o Presidente cessante, General Graça Tomás Chongo, pela forma empenhada e eficiente como conduziu os trabalhos da Componente de Defesa, aproveitando para agradecer a calorosa recepção e hospitalidade com que nos receberam em Maputo, por ocasião da 18ª reunião de CEMGFA da CPLP, após o que desejou uma boa estadia em Lisboa e sucesso nos trabalhos a desenvolver. Passou de seguida a palavra ao Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas de Defesa de Moçambique.

O General Graça Tomás Chongo saudou os seus homólogos, agradeceu e felicitou o Governo Português, as Forças Armadas e todo o pessoal de apoio envolvido na organização deste evento e propôs-se apresentar um breve relatório das actividades referentes ao período desde a última reunião em Abril de 2016 até agora. Referiu-se ao visível compromisso que move os Estados Membros na materialização dos ideais mais nobres da Comunidade, no domínio da defesa, subjacente à busca de mecanismos sustentáveis para o combate eficiente das ameaças assimétricas e transnacionais, bem como na consolidação dos históricos laços de irmandade e de cooperação que nos une. Referiu-se aos trabalhos realizados, tendo em vista a elaboração do Regulamento do Colégio de Defesa da CPLP, os Princípios Gerais e Orientações de Base para, no quadro da CPLP, conduzirem à criação de um eventual mecanismo de resposta a situações de catástrofes, e ao Seminário das Forças Especiais realizado de 24 a 26 de Agosto de 2016, em Luanda, focado no quadro de conflitualidade na CPLP, com o objectivo da projecção da imagem de excelência individual e comunitária dos Estados-Membros. Referiu-se ainda à realização do Exercício Felino em 2016 em Cabo Verde, às actividades do CAE e à reflexão sobre o funcionamento dos Núcleos Nacionais, ao 4º Fórum de Saúde Militar da CPLP e à 31ª reunião do SPAD. A encerrar o seu discurso, desejou os maiores êxitos ao novo Presidente, após o que transferiu a Presidência do Fórum dos CEMGFA/CPLP para o Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas Portuguesas, General Artur Pina Monteiro, desejando-lhe um mandato coroadado de êxitos, e manifestando a sua total disponibilidade para o apoio necessário ao sucesso deste Fórum, plataforma multilateral privilegiada para o aprofundamento de amizade mútua entre os Estados Membros.

Anexo A - Discurso do Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas de Defesa de Moçambique.



O General Pina Monteiro agradeceu e depois de renovar as saudações às delegações presentes, deu início à ordem de trabalhos.

PONTO 1. Aprovação da Agenda de Trabalhos

A Agenda da Reunião foi aprovada por consenso. O General Pina Monteiro informou os presentes de que, pelas 17.30h, se deslocariam ao Ministério da Defesa Nacional para apresentação de cumprimentos a S. Exa. o Ministro da Defesa Nacional de Portugal, Professor doutor Azeredo Lopes.

PONTO 2. Análise da situação político-militar e das questões internacionais de Defesa e Segurança com eventuais implicações para os países membros da CPLP

PORTUGAL

O General Artur Neves Pina Monteiro, Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas Portuguesas referiu-se ao actual ambiente de segurança internacional que permanece caracterizado pela incerteza e instabilidade, atendendo aos conflitos e tensões por todo o mundo, muitos deles com implicações diretas ou indiretas para os países da CPLP, e cujo recrudescimento se pode antever durante o presente ano. Referiu também a preocupação da guerra civil na Síria, quer na vertente dos refugiados que procuram um destino seguro na Europa, quer no agravamento da ameaça terrorista que as intervenções militares contra o DAESH na Síria e no Iraque estão a desencadear. Em África, a Líbia, o Mali, a República Centro Africana e a Somália, mantêm a instabilidade decorrente da intensificação das ações armadas por parte de grupos insurgentes e terroristas. A Leste, a tensão resultante da questão ucraniana e da pressão geopolítica da Rússia e a escalada da retórica entre a Coreia do Norte e os Estados Unidos da América, contribuem para o aumento da tensão regional, com repercussões com impacto global.

Para enfrentar estas ameaças sem fronteiras e globais há que recorrer a estratégias de resposta baseadas no fortalecimento das alianças e da cooperação ao nível da segurança

[Handwritten signatures and initials in blue ink at the bottom of the page, including names like 'Hill', 'Sousa', and 'Homenes' with a superscript 3.]



e defesa, interna e externa, nomeadamente com a União Europeia, a Aliança Atlântica e as Nações Unidas, sendo neste vetor que a CPLP poderá desempenhar um papel privilegiado e de cooperação ativa, no espaço estratégico comum do mundo lusófono.

Continuou, referindo que Portugal se mantém empenhado de forma ativa no contexto global da segurança e defesa, através de uma significativa participação em missões militares internacionais, nomeadamente no Mali, Somália e República Centro Africana, salientando a participação na iniciativa MAR ABERTO e nos exercícios Obangame Express, no âmbito da segurança cooperativa na região do Golfo da Guiné e, ainda, os projetos de Cooperação Militar com os países de língua portuguesa, contribuindo assim para os esforços de segurança global e o fortalecimento dos laços de cooperação com os parceiros. Uma referência especial aos exercícios da série FELINO, onde Portugal continua empenhado, e que permitem, enquanto Comunidade, atingir um nível de integração, coordenação e cooperação conducente ao desiderato da criação de uma capacidade de intervenção em missões de Apoio à Paz e de Ajuda Humanitária.

Anexo B - Intervenção de Portugal

ANGOLA

O General Geraldo Sachipengo Nunda, Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas Angolanas, começou por agradecer a Portugal o amável acolhimento e felicitar a delegação de Timor-Leste pela realização das eleições presidenciais e que resultaram na eleição de Francisco Guterres ``Lú-Olo`` como Chefe de Estado. Referiu-se à possibilidade existente neste fórum de comungar de ideias e, munidos do espírito construtivo que tem como atributo enriquecer a CPLP, elencou dois aspectos marcantes na actividade internacional: a tomada de posse do Engenheiro António Guterres como Secretário-Geral das Nações Unidas, salientando a frase por ele proferida “Como ajudar milhões de seres humanos vítimas de conflitos e que sofrem enormemente em guerras que parecem não ter fim?”, e a tomada de posse do novo Presidente dos EUA, Donald Trump.

Assistimos hoje a focos de tensão no Médio Oriente, sendo a Síria o principal, na península da Coreia, na Crimeia e na Ucrânia. Paralelamente, a profunda crise



económica, financeira e social que promove o descontentamento das populações, a intolerância religiosa, as teorias extremistas e os discursos nacionalistas, subsistindo a questão de que podemos encontrar-nos na eminência de uma nova guerra mundial em que os poderes aéreos e navais, o potencial nuclear e o domínio da cibernética desempenharão papéis preponderantes.

O General Sachipengo Nunda referiu-se aos centros de maior conflito em África - a República Democrática do Congo e a República Centro-Africana, e nos últimos anos, o Sudão do Sul e o Burundi. Referiu também o caso dos Camarões e do Chade, afectados pelo terrorismo do Boko Haram, e a insegurança pós-eleitoral vivida na República do Congo. Na costa do continente africano, a pirataria marítima, a pesca ilegal, o tráfico ilícito de mercadorias, drogas e armas. Em Angola, destacou o clima de paz e estabilidade vivido, que se prepara para a realização de eleições em Agosto e aguarda a convocação das eleições gerais. O MPLA apresentou já o seu candidato, em substituição do actual Presidente Engenheiro José Eduardo dos Santos, tendo o partido eleito para o substituir, o actual Ministro da Defesa Nacional, João Manuel Gonçalves Lourenço. O Executivo angolano manteve como fundamentais, as questões do desenvolvimento económico e bem-estar das populações, a agricultura, a habitação, a saúde, o ensino, os transportes e vias de comunicação, a par do programa de fornecimento de energia eléctrica e de água para todos. Destaque ainda para os Programas de Estabilização Macroeconómica e de Emergência de apoio à reintegração social e assentamento dos deslocados, dos refugiados regressados, do enquadramento social dos militares desmobilizados, da reinserção dos deficientes de guerra e o acolhimento das crianças órfãs. Quanto às missões das Forças Armadas no âmbito das organizações regionais e sub-regionais, o Exercício Amani África II, o Exercício Utulivu II e III, ambos exercícios da Capacidade de Resposta Imediata a Crises (CARIC), encontrando-se igualmente a participar na Tanzânia, no exercício das Forças Especiais da SADC, "Matumbawé", com o objectivo de fortalecer a interoperabilidade das forças na região, sem esquecer ainda o Exercício Felino da CPLP, realizado em Cabo-Verde em 2016. Finalizou realçando o apoio prestado ao desenvolvimento das capacidades das Forças Armadas Angolanas por Portugal e, mais recentemente, pelo Brasil, na formação militar, através das assessorias e da formação de militares nestes países. Enfatizou ainda esta frutuosa partilha de experiências, fundamental para a reflexão, discussão e consolidação das matérias constantes na agenda de trabalhos.

5



Anexo C - Intervenção de Angola

BRASIL

O Almirante-de-Esquadra Ademir Sobrinho, Chefe do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas do Brasil, depois de saudar e agradecer a hospitalidade dispensada, considerou que o cenário mundial sofreu consideráveis alterações, bastante preocupantes. Três grandes potências procuram demonstrar o seu poder, com provocações e atos desafiadores, que causam insegurança às restantes nações. Neste âmbito colocou várias questões, nomeadamente, sobre a política prosseguida e anunciada pelo Presidente dos EUA, a Rússia na Ucrânia, a Europa perante os EUA, como terminará o conflito na Síria? O DAESH será destruído ou espalhar-se-á por células pelo mundo e quem o financia? O que pretende o ditador Norte Coreano? Até quando a China o apoiará? Como reagirão os EUA e os países da região, inclusive o Japão e a Austrália, à expansão territorial da China no mar do Sul da China?

Prosseguiu com as demais questões da realidade internacional: o desastre humanitário dos fluxos migratórios afetando a Europa e seu equilíbrio social e o impacto da saída do Reino Unido da União Europeia. Quanto aos países da região, referiu o fim do conflito na Colômbia relativo às FARC, mas a crise na Venezuela agrava-se a cada dia, provocando enorme sofrimento na população. Quanto ao Brasil, acentuou a grave crise política e o esgotamento de um modelo político há muito vigente, mas relevou o surgimento da confiança no País, sendo já visíveis os primeiros sinais de recuperação económica. Nesta convulsão, destacam-se as Forças Armadas, que seguem o seu caminho, atuando dentro da legalidade e tendo como farol a Constituição do Brasil. Ainda no âmbito estratégico do Brasil relevo para a porção Sul do Oceano Atlântico no continente africano, onde os países lusófonos sobressaem até o Oceano Índico, tanto ao nível comercial e como de investimentos brasileiros no Continente, e também na área diplomática e militar a atuação é visível por meio de acordos e diálogos de forma bilateral ou multilateral, como a CPLP. Ao nível bilateral registou as atividades de cooperação técnico-militar garantindo a continuação de oportunidades de cursos nas escolas de suas Forças Armadas.

(Handwritten signatures and initials in blue ink, including names like Hans, and a large blue checkmark or signature on the right side of the page.)



Finalizou, congratulando-se pela opção dos nossos povos e governos, através da solução pacífica de controvérsias, permitindo-nos superar desafios históricos e afirmou a capacidade da CPLP como catalisador da cooperação no continente africano e podendo contribuir significativamente para a prevenção de conflitos e para a consolidação da paz e da estabilidade internacional, cabendo-nos fazer prevalecer as iniciativas de cooperação sobre as disputas de poder.

Anexo D - Intervenção do Brasil

CABO VERDE

O Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas de Cabo Verde, Major-general Anildo Emanuel da Graça Morais dirigiu especiais saudações ao presidente cessante do Fórum, bem como ao General Pina Monteiro que agora assume a Presidência. Apelou ao apoio e à colaboração de todos na sua estreia neste Fórum de CEMGFA. Referiu o natural envolvimento dos CEMGFA nas questões de segurança a nível mundial e regional, tendo em conta as missões confiadas às instituições militares.

A complexidade dos fenómenos internacionais e transnacionais obriga a que os países e suas instituições procurem formas de segurança cooperativas, com respostas eficazes, soluções coletivas e ferramentas combinadas de atuação. Os diversos fóruns no âmbito da CPLP e os exercícios conjuntos e combinados realizados são demonstrativos da força desse entendimento e da determinação dos nossos países e das Forças Armadas para a construção de uma comunidade mais segura, constituindo uma contribuição inequívoca para a paz e a segurança internacionais. Cabo Verde teve o gosto de receber as várias delegações das Forças Armadas dos Estados membros da CPLP na realização do Exercício FELINO 2016 na Carta, preparando o trabalho do Estado-Maior para o Exercício de Terreno, no Brasil, em 2017. Salientou e manifestou o seu reconhecimento pelo profissionalismo das delegações, o qual contribuiu significativamente para o sucesso do exercício, reconhecendo que, naturalmente, há aspetos a melhorar. Agradeceu ainda o empenho das Forças Armadas do Brasil no apoio às Forças Armadas de Cabo Verde, no âmbito da preparação e montagem do exercício, a par da colaboração das Forças Armadas de Portugal. A participação de todos os países e o esforço da sua representação acrescentaram valor fundamental ao processo de treino. Referiu-se também à recente

1.

7



visita ao Brasil, acompanhando o Ministro de Defesa de Cabo Verde, no âmbito da 11ª Edição do LAAD Defense & Security - 2017 e às visitas a Cabo Verde do 1º Ministro e Presidente da República de Portugal, os quais manifestaram grande empenho no aprofundamento e reforço da CPLP, aliás patente nas suas intervenções. Referiu-se ao Exercício Conjunto e Combinado em Cabo Verde “Salvar Vidas - 2017”, com o envolvimento do navio da Marinha portuguesa “Álvares Cabral”, Fuzileiros portugueses, as Companhias de Fuzileiros Navais e da Polícia Militar das Forças Armadas de Cabo Verde e efetivos da Proteção Civil de Cabo Verde. Destaque também para o Exercício “Obangame Express”, nas águas sob jurisdição senegalesa, em que Cabo Verde participou com meios da Guarda Costeira, visando o treino das forças em matéria de fiscalização de pescas, proteção de recursos pesqueiros, turísticos, proteção ambiental, e outros, segurança interna, combate a ilícitos de natureza comercial, fiscal, aduaneiros e ao narcotráfico, bem como o combate à emigração clandestina. Aproveitou ainda para agradecer a Angola, Brasil, Moçambique e Portugal o apoio no processo de reforma e modernização das Forças Armadas Cabo-Verdianas e terminou agradecendo à organização da reunião pela cordialidade e acolhimento prestados.

Anexo E - Intervenção de Cabo Verde

GUINÉ-BISSAU

O Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas da Guiné-Bissau, **General Biaguê Na N'Tan** começou por agradecer o convite a si dirigido, felicitando o General Graça Tomás Chongo, presidente cessante da Reunião de CEMGFA da CPLP pela excelente condução dos trabalhos e o General Pina Monteiro pela nova missão da presidência do fórum, desejando-lhe êxitos na execução destas funções.

O General Biaguê Na N'Tan no âmbito da análise ao cenário político-militar e das questões internacionais inerentes à defesa e segurança, realçou a situação que se agrava, sobretudo na Síria, Iraque e Coreia do Norte.

Considerando que a paz, a estabilidade e a segurança são um bem comum de todos, torna-se indispensável a sua promoção e preservação, o que exige um esforço conjugado no combate aos fenómenos que a põem em causa, como o tráfico de droga, a migração

1.

Jáica

Augusto

Honor



ilegal ou clandestina, a pesca ilegal, a pirataria marítima, o terrorismo, o fundamentalismo religioso, as catástrofes naturais e as epidemias, entre outros.

No plano regional, o General N'Tan referiu que a região tem sido alvo de constantes perturbações perpetradas por terroristas e fundamentalistas islâmicos, nomeadamente o Boko Haram na Nigéria e os Jihadistas no Mali, mas também de uma devastadora epidemia de febre hemorrágica de EBOLA que, em 2014 e 2015, assolou a Serra Leoa e a Libéria.

No caso particular da Guiné-Bissau, doenças como a febre-amarela, a cólera, o paludismo ou a malária, constituem-se como um problema e um obstáculo à paz, estabilidade e segurança. Lançou um apelo aos Estados membros, no sentido de se promover o combate a estas ameaças e tomar medidas capazes de desencorajar e combater estes fatores perturbadores da paz, da estabilidade e da segurança, através da formação de recursos humanos, e mobilizando meios financeiros e recursos materiais mais sofisticados.

A Guiné-Bissau foi assolada por uma crise política que, não obstante os esforços dos órgãos locais, Organizações da Sociedade Civil, Organizações Religiosas, pessoas singulares, a ONU, CEDEAO e CPLP, tem perdurado, repercutindo-se negativamente social e economicamente, fragilizando também a relação bilateral com alguns países. Neste contexto, a crise conduziu à fragilidade do Estado e das autoridades, à corrupção generalizada, à rebelião, ao terrorismo, à inobservância da lei ou à injustiça, à migração clandestina ou ilegal, à violação dos direitos humanos, à pirataria marítima e ao narcotráfico. Contudo vislumbra-se o esforço do Presidente da República em criar condições e accionar mecanismos para o combate a tais fenómenos.

Apesar da crise, o General N'Tan referiu que as Forças Armadas mantêm-se firmemente neutras, conscientes da sua missão de defender a integridade territorial e garantir a estabilidade, apostadas na sua organização e reestruturação, formação e capacitação de pessoal, através de cursos de formação de formadores, de qualificação de oficiais subalternos e sargentos, de formação nas línguas portuguesa, inglesa e francesa, em informática, produção agrícola, construção e reabilitação de instalações militares, fiscalização marítima e execução de exercícios conjuntos e combinados nas diferentes unidades militares do país. Para além destas ações, as Forças Armadas participaram também em conferências e seminários, no Exercício da Série FELINO 2016, em Cabo Verde, no Fórum de Saúde Militar da CPLP, realizado em Portugal, no Exercício



OBANGAME e SAHARAN EXPRESS 2017, realizado em Abidjan, Costa do Marfim e na Planificação inicial e final do Exercício no quadro do USAFRICOM, realizados em Acra, Gana.

Referiu também que se constitui como objetivo para as Forças Armadas, a constituição de uma unidade que integre as missões de manutenção da paz, sob a égide da CEDEAO, CPLP e ONU, razão pela qual solicitou o apoio no sentido de tornar realidade esta ambição.

Ainda no quadro da Segurança e Defesa, referiu-se à presença da Força de Alerta da CEDEAO na Guiné-Bissau, a ECOMIB desde 2012, prevendo-se a sua retirada em Setembro em função da ausência de incidentes, fruto da rigorosa política de não ingerência militar nos assuntos políticos, induzindo os políticos a afastarem-se dos quartéis e dos militares. Quanto à cooperação técnico-militar com as Forças Armadas dos países membros da CPLP, referiu que esta se encontra no bom caminho, faltando ainda a rubrica formal, em alguns casos.

Anexo F - Intervenção da Guiné-Bissau

GUINÉ EQUATORIAL

O Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas da Guiné Equatorial, **General de Divisão Protasio Edu Edjang Nnaga**, depois de saudar todos os presentes, dirigiu-se ao Chefe do Estado-Maior-General de Portugal manifestando o seu apreço pelo convite e pela qualidade da receção e organização do evento.

Ao nível da situação geopolítica do País, o Tenente-general Nnaga referiu que a Guiné Equatorial regista um ambiente de paz, tranquilidade e ordem, não obstante o severo impacto que a diminuição do preço do petróleo teve na economia nacional, afectando todos os sectores do país. A crise económica gerada tem como produto o aumento da delinquência juvenil, a multiplicação de grupos de crime organizado, bem como o tráfico de drogas. Para fazer face a esta situação, tem-se vindo a adotar estratégias visando a manutenção da segurança e a diversificação da economia.

Para além da problemática associada à economia, referiu que à Guiné Equatorial se apresentam outros desafios como a imigração ilegal, a pesca ilegal, a pirataria marítima,

[Handwritten signatures and initials in blue ink, including the name 'Nnaga' and a date '10/11/2017']



no Golfo da Guiné e o risco de proliferação do terrorismo sem fronteiras, promovido pelo Estado Islâmico.

Ao nível regional, a Guiné Equatorial segue com preocupação as acções do Boko Haram, apesar da presença militar proporcionada pela Nigéria, Benim, Chade e Camarões. Neste domínio, é expressa a firme vontade da República da Guiné Equatorial na luta contra o terrorismo.

No quadro da CPLP, coube realçar a realização da 11ª Reunião do Conselho de Polícias da CPLP, em dezembro de 2016 e a 12ª Reunião do Conselho de Diretores Nacionais de Emigração e Fronteiras da CPLP. Também aqui, a Guiné Equatorial expressa a sua solidariedade com os projectos, programas e estratégias que a CPLP adote para manter a arquitectura da Paz e a Segurança da Comunidade.

Anexo G - Intervenção da Guiné Equatorial

MOÇAMBIQUE

O Chefe de Estado-Maior General das Forças Armadas de Defesa de Moçambique, General de Exército Graça Tomás Chongo, após cumprimentar os presentes, partilhou os últimos desenvolvimentos da situação de segurança de Moçambique e da região africana onde se insere.

O General Chongo referiu que, ao longo de 2016, a situação de segurança caracterizou-se por alguma instabilidade, resultante de acções protagonizadas pela RENAMO, reivindicando a governação em algumas províncias onde alega ter ganho nas últimas eleições gerais de 2014.

Num esforço para o estabelecimento da paz e estabilidade no país, foi promovido o diálogo entre o Governo e a RENAMO, resultando num pacote de princípios relativos à descentralização da governação no país. No final de 2016, a RENAMO decretou unilateralmente tréguas temporárias, permitindo, assim, a cessação dos ataques nos principais corredores e estradas do território nacional, com reflexos na redução dos preços dos produtos de primeira necessidade e alívio da pressão sobre os cidadãos quanto à satisfação das suas necessidades básicas.

Quanto à situação económica e social, o crescimento do Produto Interno Bruto de Moçambique continuou a abrandar em 2016, em resultado do ajustamento dos preços

[Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'J. J.', 'A. J.', and 'H. J.']



mundiais que observaram uma queda radical nas matérias-primas, em particular dos recursos energéticos, nomeadamente, o carvão mineral e o gás natural, que comportam o principal potencial do volume de exportações do país, aliado ao declínio dos fluxos de Investimento Directo Estrangeiro e aos custos crescentes das importações, situação que o Governo tem tentado minimizar. Neste sentido, espera-se que o país registe um crescimento económico na ordem de 5% no presente ano.

No quadro das ameaças, o General Chongo referiu que a caça furtiva, a imigração ilegal, o tráfico de drogas, de seres e órgãos humanos e o crime organizado, continuam a registar-se em Moçambique. Contudo, as Forças de Defesa e Segurança estão empenhadas no combate a estes ilícitos.

Moçambique continua a enfrentar os efeitos negativos das calamidades naturais. Neste quadro de acções, o General Chongo fez referência ao papel que as FADM desempenham na busca e salvamento das populações afectadas pelas calamidades cíclicas que, anualmente, assolam o território.

No plano regional, realçou a região da SADC onde a situação de segurança continua relativamente estável. No Reino do Lesoto, a situação política contínua estável.

No âmbito da segurança marítima, o General Chongo sublinhou o esforço da região, através da realização de operações conjuntas entre Moçambique, África do Sul e Tanzânia, com vista ao reforço do patrulhamento das águas regionais da Costa do Índico. Quanto à situação internacional, o atual ambiente estratégico global continua caracterizado pela instabilidade, incerteza, por ameaças estabelecidas e emergentes, que impactam directa e indirectamente no continente africano, continuando as Forças Armadas de Defesa de Moçambique empenhadas na preparação e treinamento, com vista ao reforço da sua prontidão combativa e criação de parcerias conducentes ao estreitamento e consolidação das relações de cooperação com diferentes países, em especial os Estados-Membros da CPLP. O General agradeceu ainda às Forças Armadas de Angola, Brasil e Portugal, pelo apoio prestado na formação de militares das Forças Armadas de Defesa de Moçambique.

Anexo H - Intervenção de Moçambique

12



SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

O Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas de São Tomé e Príncipe, **Brigadeiro-General Horácio Castro da Trindade de Sousa**, iniciou a sua intervenção agradecendo as excelentes condições que foram proporcionadas para a realização da Reunião de CEMGFA, realçando a importância deste fórum como excelente ocasião para a busca e harmonização de soluções comuns para os problemas que os países enfrentam.

O Brigadeiro-general Horácio de Sousa realçou também o estatuto privilegiado que a CPLP assume, em função da sua descontinuidade geográfica, estando presente por quatro continentes, bem como as características que unem os Estados membros.

Na análise ao ambiente estratégico, o Brigadeiro-general Horácio de Sousa identificou a acelerada e permanente mutação do mesmo, que exige dos Estados flexibilidade de resposta e preservação das condições adequadas ao crescimento e à adaptação das capacidades militares credíveis. No caso particular de São Tomé e Príncipe, vive-se os problemas naturais de uma democracia recente e em fase de consolidação, decorrendo neste momento o recenseamento eleitoral de raiz. Quanto à situação económica, o País teve um crescimento de 4% no ano 2016, progredindo igualmente no quadro da saúde, nomeadamente no combate ao paludismo.

Relativamente às Forças Armadas e apesar das restrições financeiras, tem sido possível corresponder ao empenho e a dinâmica de progresso do país, na implementação de reformas através da elaboração e revisão de diplomas estruturantes que procuram adequá-las à realidade do país.

Neste sentido, o Brigadeiro-general Horácio Sousa referiu ser necessário apostar no ensino, na formação e na qualificação de quadros e para o qual muito têm contribuído os vários países amigos, destacando a Cooperação Técnico-Militar com Portugal, pelo papel decisivo não só nas actividades de assessoria ao nível da Estrutura superior de Defesa e das Forças Armadas mas também no incremento de capacidades ao nível da Guarda Costeira e da Engenharia Militar através da melhoria das infra-estruturas e das condições de habitabilidade dos militares. Destacou também, o papel do Brasil, Estados Unidos da América, Angola e Moçambique no incremento de capacidades das Forças Armadas de São Tomé e Príncipe.

13



Reconhecendo a importância do mar enquanto importante linha de comunicação, fonte de riqueza e de investigação, realça a necessidade de se garantir a segurança e desenvolvimento destes espaços, sendo importante a concepção de uma estratégia marítima que estabeleça de forma clara os caminhos a percorrer de forma a criar um ambiente securitário que suporte a sustentabilidade dos recursos.

Neste sentido, o Brigadeiro-general Horácio Sousa salienta, que está em fase de elaboração uma Estratégia de segurança Marítima com a colaboração dos Estados Unidos da América, de Portugal e do Brasil, envolvendo a Guarda Costeira Santomense e outras entidades públicas e privadas com responsabilidade ou intervenção no mar.

Neste domínio, destaca a participação no Exercício OBANGAME/SAHARAN EXPRESS 2017, liderado pelos Estados Unidos da América e no qual participaram mais de 16 países, através das respectivas Marinhas e Guardas Costeiras. Salienta ainda neste âmbito, a “Iniciativa Mar Aberto” conduzida pela Marinha Portuguesa, com dois navios, o Álvares Cabral e o reabastecedor Bérrio, e a participação da Guarda Costeira Santomense, onde serão realizados exercícios militares conjuntos, fiscalização das águas nacionais, outras acções de formação e capacitação.

Anexo I - Intervenção de São Tomé e Príncipe

TIMOR-LESTE

O Chefe do Estado-Maior General das FALINTIL - Forças de Defesa de Timor-Leste, o Major-general Lere Anan Timur, agradeceu o convite que lhe foi dirigido para participar em mais uma reunião, e em particular o apoio que Portugal tem manifestado junto de Timor, nomeadamente no desenvolvimento das suas Forças Armadas.

Na análise à situação política internacional, o Major-general Lere Anan Timur refere que Timor Leste segue atentamente a evolução da situação política e militar em todo o mundo, em particular a região da Ásia e do Sudeste-asiático, região onde se insere. Neste espaço, a competição estratégica entre as principais potências mundiais, em particular os Estados Unidos da América e a China, o aumento da despesa militar de outros países da região e a alteração na postura relativamente à defesa, nomeadamente do Japão, são alguns dos fatores que têm caracterizado esta região.

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature that appears to be 'Lere Anan Timur' and other smaller initials.



Apesar dos esforços, quer bilaterais quer multilaterais, como é o caso da ASEAN, continuam a persistir focos de tensão associados a disputas territoriais, em particular sobre as ilhas Senkaku/Diayou e sobre a posse de ilhas no mar do Sul da China, reclamada pela própria, pelas Filipinas, Vietname, Malásia, Taiwan e Brunei. Estas situações estão longe de serem resolvidas, constituindo-se como factores que afetam a paz e a estabilidade regional.

Outros factores constituem-se como preocupações constantes no domínio da segurança regional. A dificuldade no controlo de fronteiras, em função das características geográficas dos países da região, é aproveitada especialmente por organizações associadas ao crime organizado e ao terrorismo transnacional, facilitando o desenvolvimento de actividades ilegais como o tráfico de droga, armas ou pessoas.

Não só as fronteiras terrestres constituem preocupação, também as marítimas são relevantes, e cujo controlo é difícil de garantir. A pesca ilegal e a procura de outros recursos marinhos de forma ilegal, o aumento do volume de tráfego marítimo de bens e pessoas, exigem dos Estados o desenvolvimento das suas forças de defesa do mar, mas também que aumentem as ações de cooperação e colaboração neste domínio.

As assimetrias económicas e sociais, as elevadas taxas de desemprego constituem-se como locais preferenciais de recrutamento de grupos terroristas como o ISIS e a al-Qaeda, ampliadas pelo acesso às comunicações e às redes sociais que os jovens têm acesso.

No quadro dos riscos e ameaças naturais, como tremores de terra, tsunamis, ciclones, chuvas entre outros, para as quais é necessário estar preparado, Timor-Leste tem procurado desenvolver uma capacidade de resposta.

Na relação com os seus países vizinhos, em particular Indonésia e Austrália, Timor-Leste tem mantido, quer ao nível político, quer ao nível militar, relações estáveis, amistosas e em desenvolvimento. Austrália, em particular, tem apoiado o desenvolvimento de Timor-Leste numa perspetiva securitária, fazendo parte do seu “arco de segurança”. Não obstante, Timor-Leste continua em negociações sobre a fronteira marítima no sul do Mar de Timor, podendo constituir-se este, como o ponto que poderá causar mais “atrito” nas relações com a Austrália.

Presentemente, Timor-Leste vive uma situação de estabilidade, segurança e confiança, privilegiando, no âmbito das relações internacionais, o diálogo e a resolução pacífica dos conflitos, não impedindo contudo de preparar, manter e colaborar com as suas Forças de

Handwritten signatures and initials in blue ink, including the name 'H. H. H.' and other illegible marks.



Defesa, na garantia da segurança, da paz e da estabilidade. Focado em criar as condições necessárias ao desenvolvimento sustentado, considera importante melhorar os seus recursos humanos em várias áreas, como na saúde, na educação, na segurança e na Defesa

No âmbito da Defesa, as FALINTIL-FDTL são hoje uma instituição forte e fundamental na estabilidade e segurança de Timor-Leste, cuja atual organização poderá ser influenciada pela recente aprovação do Conceito Estratégico de Defesa e Segurança Nacional.

Para tal, contribuíram os projetos de cooperação que mantem com diversos países, com destaque para Portugal e Brasil. Neste quadro, a língua portuguesa assume-se como um ativo que tem merecido alguma atenção. Há necessidade que os militares mais jovens dominem a língua portuguesa, mas o esforço ainda não é suficiente, pelo que a necessidade de mais formadores na língua é essencial.

Para Timor-Leste é necessário o reforço da capacidade terrestre, especialmente para fazer face às missões de garantia da soberania e integridade territorial, a par das missões de apoio à população e apoio às forças e serviços de segurança. Também na Componente Naval urge o desenvolvimento não só de infraestruturas, mas também de pessoal, em concreto os seus quadros. Referiu que estas limitações constituem-se como uma preocupação mas também anseio na possibilidade de participar em missões em operações de apoio à Paz ou humanitárias.

Anexo J - Intervenção de Timor-Leste

Após as intervenções, o General Pina Monteiro congratulou-se pela forma como todos se encontram atentos à situação internacional e às ameaças que afectam direta ou indirectamente todos os países. A riqueza da CPLP consubstancia-se precisamente nesta possibilidade de obtenção do conhecimento direto e da ideia global desde África à América do Sul e terminando a Oriente com realidade tão diversas, mas que se complementam.

PONTO 3. Colégio de Defesa da CPLP

Este ponto foi apresentado pela representante do SPAD, que lembrou como na Reunião de MDN/CPLP (São Tomé e Príncipe, 26MAI 2015) foi lançado o desafio para a criação de



um Colégio de Defesa da CPLP, a funcionar alternadamente nos Institutos Superiores Militares dos Estados Membros, dirigido aos militares e civis dos Estados Membros da CPLP, na perspetiva de contribuir para a partilha de conhecimentos e experiências nas várias áreas da defesa. Elaborados e analisados nas diversas instâncias da Componente de Defesa da CPLP, os Termos de Referência do Colégio de Defesa foram aprovados na reunião de MDN de 19MAI2016 (Díli, Timor-Leste), sendo decidido o seu desenvolvimento no sentido da elaboração de proposta mais aprofundada para a sua implementação.

As delegações portuguesa e moçambicana elaboraram um documento/proposta com as Normas de Funcionamento para o Colégio, o qual foi analisado na reunião extraordinária de DPDN (outubro 2016) e posteriormente na 31ª reunião do SPAD (7 e 8 Março 2017), agora presente para apreciação dos CEMGFA/CPLP.

O documento das Normas de Funcionamento do Colégio foi validado pelos CEMGFA, recomendando-se o seu encaminhamento para aprovação pelos MDN.

Anexo L - Normas de Funcionamento do Colégio de Defesa da CPLP

PONTO 4. Mecanismo de Resposta a Situações de Catástrofes

Este ponto foi apresentado pelo Coronel Marcos Ribeiro, Assessor Militar da Subchefia de Política e Estratégia do Ministério da Defesa do Brasil, o qual fez um breve enquadramento da questão.

Esta questão foi suscitada na 17ª reunião de CEMGFA (Luanda, 6/8 maio 2015), no sentido da reflexão sobre a criação, ao nível político, de mecanismos de resposta coordenada da CPLP a catástrofes naturais ocorridas nos Estados membros, para que o apoio aos países em caso de necessidade não ficasse apenas dependente de iniciativas bilaterais. O Coronel Marcos referiu-se ao trabalho que tem vindo a ser feito desde 2015, sendo que o documento em apreço pretende iniciar a operacionalização deste mecanismo, à qual se seguirá o elenco das capacidades de cada Estado Membro e aquelas que podem ser disponibilizadas.

O documento dos Princípios Gerais e Orientações de Base, para, no Quadro da CPLP conduzirem à criação de um eventual Mecanismo de Resposta a Situações de Catástrofes foi validado pelos CEMGFA, recomendando-se o seu encaminhamento para aprovação pelos MDN.



Anexo M - Apresentação do Brasil

Anexo N - Princípios gerais e orientações de base a adotar num Mecanismo de Resposta Multilateral a Catástrofes

PONTO 5. Exercícios da série FELINO

a. FELINO 2016 -

A delegação de Cabo Verde fez uma apresentação relativa ao exercício FELINO 2016 que decorreu em Setembro de 2016 em Cabo Verde, na modalidade de Exercício na Carta.

Anexo O - Apresentação de Cabo Verde

b. FELINO 2017 - Preparação

Este ponto foi apresentado pelo CMG (FN) Walter Marinho de Carvalho Sobrinho, Chefe da Seção de Operações Complementares do Brasil, que expôs um enquadramento cronológico sobre a realização dos Exercícios, e elaborou sobre a forma como decorrerá o Exercício FELINO 2017 no Brasil, na modalidade de Forças no Terreno. Recomendou indicação pelos países de representantes para a Conferência Final do exercício Felino 2017 para que possam trabalhar na actualização das Normas para o novo ciclo de exercícios. Prestou ainda esclarecimentos adicionais sobre o Programa e recomendações especiais a adotar durante a deslocação das delegações.

Anexo P - Apresentação do Brasil

c. Confirmação da calendarização dos próximos exercícios

Procedeu-se à confirmação da realização do Exercícios nos anos subsequentes:

São Tomé e Príncipe confirmou a disponibilidade para acolher a realização em 2018 no formato “Exercício na Carta” (EC) e Angola confirmou

18



disponibilidade para acolher a realização em 2019 no formato Forças no Terreno. Em 2020 será realizado na Guiné-Bissau formato de “Exercício na Carta” e em 2021 em Portugal no formato Forças no Terreno.

PONTO 6. Apreciação dos documentos a aprovar na XVIII reunião de Ministros da Defesa

O Diretor do CAE, Tenente-General Luis Diogo de Carvalho apresentou de forma genérica as Deliberações da VI Reunião do Conselho Consultivo do CAE (realizado em Maputo entre 22 e 23 fevereiro 2017), evidenciando algumas preocupações que afetam aquele órgão, nomeadamente os recursos financeiros e os recursos humanos afetos ao CAE. Referiu-se igualmente ao Relatório de Atividades e Execução Orçamental de 2016 do CAE, ao Plano de reajustamento de atividades e orçamento para 2017 do CAE e ao Plano de Atividades e orçamento para 2018 do CAE.

O Diretor do CAE referiu que o seu mandato está orientado para a Dinamização dos Núcleos Nacionais, Formação de Quadros, melhoria do sistema de informação entre o CAE e os NN, bem como para a realização de Seminários Político Diplomáticos nos Estados-Membros.

Após a apresentação do relatório de actividades, onde destacou que o maior desafio à actual direcção são os recursos humanos, e a dotação do Centro com pessoal qualificado, referiu que esta situação tem influenciado significativamente o cumprimento dos objectivos do CAE, pelo que tem promovido, junto dos Estados membros, essa preocupação. A incapacidade de ativar a página do facebook é um exemplo, pela falta de pessoal capacitado para a sua gestão.

Neste domínio, realçou o apoio dado por Portugal, oferecendo uma Bolsa no Instituto de Defesa Nacional, e pelo Brasil, na garantia de tudo fazer para satisfazer essas necessidades.

Quanto aos recursos financeiros, releva o papel de Moçambique no apoio prestado, não obstante a difícil situação vivida pelo país, em função da crise económica. Neste sentido, o Tenente-general Diogo Carvalho apelou à regularização das quotas dos Estados membros, sendo esta a sua única fonte de rendimento.

Após a intervenção do Diretor do CAE, o Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas Portuguesas, General Pina Monteiro, realçou o apoio de Moçambique ao CAE e

19



evidenciou a importância deste órgão da componente de Defesa da CPLP, para a compreensão da situação político-militar no contexto regional e global, integrando os contributos dos Estados membros, através dos respectivos NN. Referiu que seria importante o CAE, enquanto polo agregador da informação veiculada pelos vários NN, apresentar na Reunião de CEMGFA da CPLP uma análise político-militar global, permitindo assim uma melhor compreensão das preocupações dos Estados membros. Neste contexto, o General Pina Monteiro referiu também que o CAE poderá contribuir para a análise das ameaças e riscos comuns, no sentido de identificar problemas e aconselhando respostas igualmente comuns.

O General de Exército Graça Chongo também interveio, destacando o papel muito ativo do Diretor do CAE, considerando que seria importante reflectir sobre o papel dos NN e da possibilidade de se uniformizar a constituição e responsabilidades cometidas aos mesmos. Seguidamente, o Tenente-general Diogo de Carvalho, explicou a orgânica do CAE e o seu funcionamento realçando que o problema passa pela inexistência de vários NN até à VI Reunião do CC, onde estiveram presentes mais três NN, nomeadamente Cabo Verde, Moçambique e São Tomé e Príncipe.

Neste contexto, o General Pina Monteiro identifica como chave a participação dos NN nas actividades do CAE, sendo essencial garantir o seu funcionamento.

Tomou seguidamente a palavra o Almirante de Esquadra Ademir Sobrinho, apresentando a forma de funcionamento do NN brasileiro, sustentado na ligação entre os vários Centros de Estudos Estratégicos e Universidades. Esta ligação é igualmente considerada como muito importante pelo General Pina Monteiro, devendo os NN ter um papel dinamizador no estabelecimento destas parcerias.

Por fim, interveio o General N'Tan considerando a relevância dos NN, demonstrando preocupação na ligação com o CAE.

Os CEMGFA apreciaram positivamente os documentos que serão remetidos para aprovação em sede reunião de MDN da CPLP.

Conclusões do 4º Fórum de Saúde Militar (FSM)

Este ponto foi apresentado pelo CMG médico naval Dr. João Pedro Antunes Fernandes, coordenador-adjunto do Fórum de Saúde Militar.

Foi apresentada uma panorâmica sobre as conclusões da 4ª reunião do Fórum de Saúde Militar e dos objectivos que se pretendem atingir nesta matéria de relevância

20



fundamental para a componente de Defesa, destacando a criação de estratégias de combate ao alcoolismo e à toxicodependência nas Forças Armadas. Os CEMGFA validaram o Regulamento interno do Fórum, a Estratégia da CPLP para a Saúde Militar e a Integração das ofertas formativas apresentadas por Angola e Brasil no Plano de Formação para 2017, recomendando o seu encaminhamento para aprovação dos MDN.

Agenda da reunião de MDN/DPDN

A Agenda dos Ministros da Defesa foi apreciada positivamente pelos CEMGFA/CPLP não tendo havido qualquer alteração à proposta apresentada.

PONTO 7. Local/data da Próxima reunião de CEMGFA/CPLP

O Brasil acolherá a reunião de 2018, devendo a reunião de 2019 realizar-se em Cabo Verde e em 2020 na Guiné-Bissau.

PONTO 8. Diversos

O Brasil informou sobre o adiamento da Conferência das Marinhas da CPLP.

Encerramento


O General Artur Pina Monteiro, Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas Portuguesas, após ler aos seus homólogos o projecto de comunicado de imprensa a divulgar, o qual foi aprovado, deu por encerrada a 19ª Reunião dos Chefes de Estado-Maior-General das Forças Armadas da CPLP tendo agradecido a colaboração dos Chefes de Estado-Maior presentes.

Handwritten signatures and initials in blue ink at the bottom of the page, including the name 'Homena' and the number '21'.

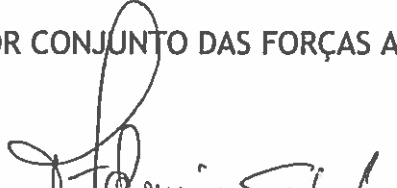


Lisboa, 20 de Abril de 2017

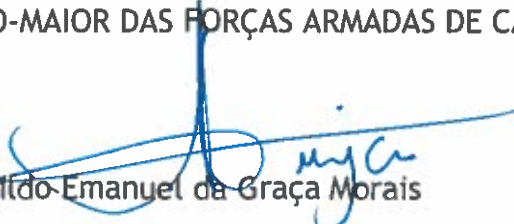
O CHEFE DO ESTADO-MAIOR GENERAL DAS FORÇAS ARMADAS ANGOLANAS


Géraldo Sachipengo Nunda
(General de Exército)


O CHEFE DO ESTADO-MAIOR CONJUNTO DAS FORÇAS ARMADAS DO BRASIL


Ademir Sobrinho
(Almirante de Esquadra)

O CHEFE DO ESTADO-MAIOR DAS FORÇAS ARMADAS DE CABO VERDE


Antão Emanuel da Graça Morais
(Major-General)

O CHEFE DO ESTADO-MAIOR GENERAL DAS FORÇAS ARMADAS DA GUINÉ-BISSAU


Biaguê Na N'Tan
(General)

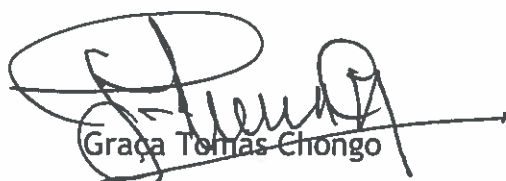


O CHEFE DE ESTADO-MAIOR DAS FORÇAS ARMADAS DA GUINÉ EQUATORIAL



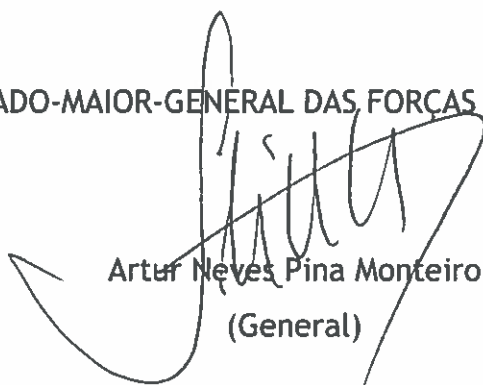
Protasio Edu Edjang Nnaga
(General de Divisão)

O CHEFE DO ESTADO-MAIOR-GENERAL DAS FORÇAS ARMADAS DE DEFESA DE MOÇAMBIQUE



Graça Tomás Chongo
(General de Exército)

O CHEFE DO ESTADO-MAIOR-GENERAL DAS FORÇAS ARMADAS PORTUGUESAS



Artur Neves Pina Monteiro
(General)

O CHEFE DO ESTADO-MAIOR DAS FORÇAS ARMADAS DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE



Horácio Castro da Trindade de Sousa
(Brigadeiro-General)

O CHEFE DO ESTADO-MAIOR-GENERAL DAS FORÇAS ARMADAS DE DEFESA DE TIMOR-LESTE



Lere Anan Timur
(Major-General)